

AMOSTRA

Polícia Civil do Mato Grosso do Sul

PCMS

REVISÃO 7X



memoriza.ai



FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DA PC/MS!

Seja muito bem - vindo!

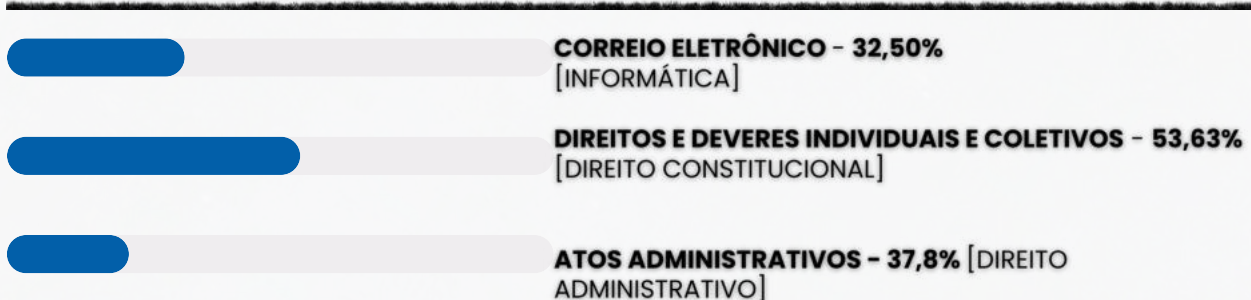
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

ENÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **3 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

UM MATERIAL QUE ENSINA A ORGANIZAR SUA JORNADA DE ESTUDO, DO COMEÇO AO FIM, DESDE A DECISÃO DE QUAL CARGO ESCOLHER ATÉ COMO ORGANIZAR SEUS ESTUDOS, CRONOGRAMAS E ESCOLHER AS FERRAMENTAS DE ESTUDO QUE VOCÊ UTILIZARÁ.



BÔNUS 2: GESTÃO DO TEMPO

O CONTEÚDO SERÁ MINISTRADO POR PÚBLIO ALVES, APROVADO NO TJ-SP, E SERÁ DISPONIBILIZADO EM VÍDEO AULAS, JUNTAMENTE COM MATERIAL DE APOIO E UMA PLANILHA MODELO PARA AJUDAR NA ORGANIZAÇÃO DA SUA ROTINA, AUMENTANDO EM ATÉ 10 VEZES A SUA PRODUTIVIDADE NOS ESTUDOS.



BÔNUS 3: COMO HACKEAR O EDITAL

SE VOCÊ TEM DIFICULDADE EM ENCONTRAR AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ANALISAR OS TÓPICOS MAIS COBRADOS DE UM EDITAL, APRENDERÁ TUDO ISSO NA PRÁTICA, DESVENDANDO TUDO O QUE PRECISA PARA EXTRAIR TODOS OS CÓDIGOS DE EDITAL.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

[clique aqui para saber mais!](#)

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

“

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSEH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

”

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:



contato@memorizaai.com.br

ou



clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como













[clique aqui para conhecer o material completo](#)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – MP/SP!

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital!

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

-  Língua Portuguesa
-  Raciocínio Lógico
-  Informática
-  Tecnologia da informação e Comunicação
-  Legislação Institucional
-  Direito Administrativo
-  Direito Constitucional
-  Direito Penal
-  Direito Processual Penal
-  Direitos Humanos

**VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL QUE VOCÊ
PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA CHANCE DE APROVAÇÃO!**



CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

memoriza.ai

DICA

SONS, LETRAS, FONEMAS E DÍGRAFOS

Vamos diferenciar cada um deles?



Letras: As letras são os caracteres gráficos que usamos para representar os sons da fala.



Fonemas: Os fonemas são os **sons da fala que são distintivos na língua**. Em português, temos vários fonemas vocálicos e consonantais.

Por exemplo, os **fonemas vocálicos incluem** /a/, /e/, /i/, /o/ e /u/, enquanto os fonemas consonantais incluem /b/, /p/, /m/, /t/, /d/, /n/, /k/, /g/, /f/, /v/, /s/, /z/, /ʃ/, /ʒ/, entre outros. **Cada fonema é representado por uma ou mais letras.**

Sons: Os sons da fala **são as unidades sonoras que produzimos quando falamos**. Eles correspondem aos fonemas da língua.

Por exemplo, quando dizemos a palavra "casa", os sons /k/, /a/, /z/, e o som de /a/ correspondem aos **fonemas que compõem a palavra**.

Dígrafo: é o encontro de duas letras que representam um único fonema, ou seja, um único som. Também chamado de digrama, há **dois tipos de dígrafos: dígrafo consonantal e dígrafo vocálico**.

Dígrafos **consonantais**: lh, ch, nh, rr, ss, qu, gu, sc, sç, xc, xs.

Dígrafos **vocálicos**: am, em, im, om, um, an, en, in, on, un.

Na divisão silábica, alguns dígrafos nunca se separam, permanecendo na mesma sílaba. Outros separam-se, ficando em sílabas diferentes.

Não se separam: LH, CH, NH, GU, QU

- maravilha (ma-ra-vi-lha)
- chuva (chu-va)
- carinho (ca-ri-nho)
- guindaste (guin-das-te)
- quente (quen-te)

Separam-se: RR, SS, SC, SÇ, XC, SX

- carro (car-ro)
- pássaro (pas-sá-ro)
- nascer (nas-cer)
- nasço (nas-ço)
- exceção (ex-ce-ção)
- exsudativo (ex-su-da-ti-vo)



DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL I



FRASE INCORRETA

Não se inicia frase com **pronome oblíquo**

FRASE INCORRETA

A palavra negativa (**nunca**) **pede próclise** (**pronome antes do verbo**) e o certo seria "Nunca me deixe"

- ✓ A colocação pronominal refere-se à **posição dos pronomes pessoais** (como "eu," "você," "ele," "ela," "nós," "eles," etc.) nas frases em relação ao verbo e ao restante da estrutura da frase.
- ✓ A língua portuguesa tem regras específicas para a colocação de pronomes pessoais, e estas **regras variam de acordo com o tipo de verbo, tempo verbal e contexto da frase**.
- ✓ Além das regras gerais, a colocação pronominal pode variar de acordo com o contexto e a ênfase que o falante deseja dar à frase.
- ✓ Independente do tipo de frase, **não se inicia frase com o pronome oblíquo**, de acordo com as regras gramaticais.

Existem três formas principais de colocação pronominal em português: **próclise, ênclise e mesóclise**.

DICA

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

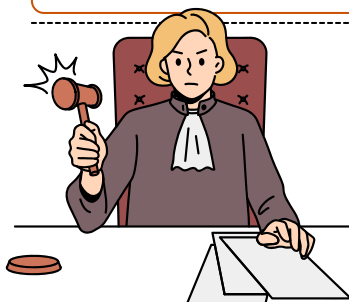
INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais é o processo que transforma princípios essenciais, como a **dignidade humana**, em **normas protegidas** e aplicadas no sistema jurídico de um país. Isso garante que esses **direitos** sejam **reconhecidos**, **respeitados** e **aplicados** de forma eficaz.

Como Funciona a Institucionalização?

- 📖 **CONSTITUIÇÃO E DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS:** A BASE DE TUDO! NO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, CHAMADA DE "CONSTITUIÇÃO CIDADÃ", GARANTE DIREITOS FUNDAMENTAIS.
- ⚖️ **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:** LEIS COMPLEMENTARES DETALHAM OS DIREITOS PREVISTOS, COMO OS CÓDIGOS CIVIL, PENAL E TRABALHISTA.
- 🏛️ **ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO:** INSTITUIÇÕES COMO:
 - PODER JUDICIÁRIO** ⚖️: JULGA E ASSEGURA OS DIREITOS.
 - MINISTÉRIO PÚBLICO** 🧑: FISCALIZA E PROTEGE OS INTERESSES DA SOCIEDADE.
 - DEFENSORIA PÚBLICA** 🤝: AJUDA QUEM NÃO PODE PAGAR POR ADVOGADOS.
- 🔧 **MECANISMOS DE APLICAÇÃO:** FERRAMENTAS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS, ACESSO À JUSTIÇA E AÇÕES JUDICIAIS GARANTEM QUE ESSES DIREITOS SAIAM DO PAPEL.
- 📚 **EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO:** ENSINAR A POPULAÇÃO SOBRE SEUS DIREITOS É ESSENCIAL PARA FORTALECÊ-LOS.
- 🌐 **MONITORAMENTO INTERNACIONAL:** ORGANISMOS COMO A ONU E A OEA ACOMPANHAM E FISCALIZAM O CUMPRIMENTO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS.



A Constituição de 1988 foi um marco! Além disso, **tratados internacionais de direitos humanos** têm:

- **Status Supralegal** (acima das leis comuns, mas **abaixo da Constituição**).
- **Status Constitucional** (quando **aprovados com quórum qualificado**, como uma emenda constitucional).



O **Supremo Tribunal Federal (STF)** define que **tratados de direitos humanos**, mesmo **supralegais**, respeitam a soberania da Constituição Federal 📖, que é a norma máxima no Brasil.

DICA

DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS

MINORIAS SOCIAIS

Minorias sociais são grupos de pessoas que enfrentam **desvantagens** ou **discriminação** devido a características como **raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, idade, deficiência, status socioeconômico** ou qualquer outra característica que as coloque em uma posição de marginalização em relação à maioria da população.

No Brasil, algumas das principais minorias são:



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA



LGBTQIAP+



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



NEGROS



INDÍGENAS



PESSOAS IDOSAS

Esses grupos muitas vezes têm menos acesso a **recursos, oportunidades e direitos**, e enfrentam obstáculos adicionais em suas vidas cotidianas devido à **discriminação** e **estigma social**.

DICA

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA – DECRETO Nº 678/1992



PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA – DECRETO Nº 678/1992

- ➔ Sua **honra** e **dignidade** são **sagradas**. Respeito é básico! 🙌
- Nada de fofocas, invasão de privacidade ou ofensas.
 - Se algo desse tipo acontecer, você pode pedir **proteção da lei** contra esses abusos.



Cada um **acredita no que quiser**, e ninguém pode te impedir de mudar de **religião** ou até mesmo de **não seguir nenhuma**. ✝️🕌🛕

- Você pode praticar sua religião em **público** ou no **privado**, mas sempre **respeitando as leis**.
- E os pais têm o direito de **escolher a educação religiosa** dos filhos. 👨👩👧

Se **divulgarem algo falso** ou **ofensivo** sobre você, você tem o **direito** de se **defender e responder**, usando o **mesmo meio**. 🗣️📺 Transparência e reparação são essenciais.

- Quer **protestar** ou **organizar** uma **reunião pacífica**? Vai lá! 🙌
- Mas **nada** de **armas**, e é preciso respeitar a **segurança** e a **ordem públicas**.
- Você pode se juntar com outras pessoas para criar **grupos** ou **associações**, seja por motivos políticos, religiosos, esportivos ou qualquer outra causa.



MAS, CLARO, ISSO TAMBÉM DEVE RESPEITAR AS REGRAS DE CONVIVÊNCIA E SEGURANÇA.



Os Estados-Partes têm a **obrigação** de:

- 📖 **Educação:** Garantir acesso e qualidade na educação.
- 🌐 **Cooperação Internacional:** Trabalhar juntos para melhorar a ciência, cultura e economia.
- ⚙️ **Recursos Disponíveis:** Tudo isso deve ser feito dentro dos recursos que cada país tem.
- ➔ **Resumindo:** O objetivo é progredir e melhorar as condições de vida das pessoas, tanto no país quanto em parceria com outros.

DICA

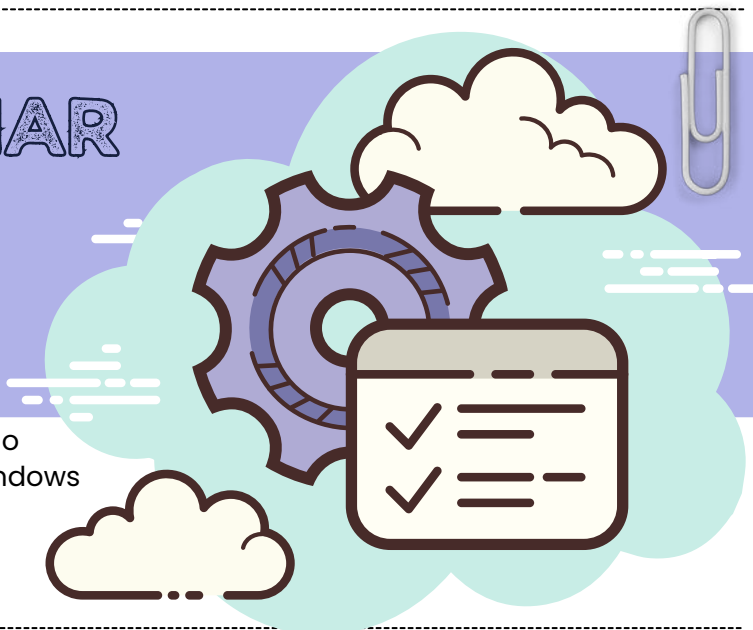
SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS I

BOTÃO INICIAR

atalho
para o botão iniciar



Também é possível acessá-lo ao pressionar a tecla do logotipo do Windows



✓ No Windows 10, o Menu Iniciar trouxe uma abordagem diferente em relação a versões anteriores, como o Windows 7. A ideia da Microsoft foi criar uma experiência mais **unificada**, funcionando tanto em PCs tradicionais quanto em dispositivos touchscreen, como tablets e conversíveis 2 em 1.

✓ No Windows 11, o Menu Iniciar continua, mas com um visual reformulado: agora ele é **centralizado por padrão** e mais minimalista, sem os antigos **Live Tiles**. No entanto, a personalização ainda é um grande diferencial! 🛠️

Como **personalizar** o **Menu Iniciar** no **Windows 10** (e **similarmente** no **Windows 11**):

Clique no botão "**Iniciar**" na barra de tarefas (📍 geralmente no canto **inferior esquerdo** no **Windows 10** e **centralizado** no **Windows 11**).

Acesse "**Configurações**" ⚙️ (ícone de engrenagem).

Vá até "**Personalização**" 🎨.

No menu lateral, clique em "**Iniciar**" para acessar as **opções de personalização**.

Opções de **personalização** disponíveis:

- ✓ **Escolher** quais **pastas aparecem** no **Menu Iniciar** – Ative ou desative atalhos para Documentos, Imagens, Configurações e mais.
- ✓ **Ajustar** o **número de ícones** e **atalhos** – Defina quantos aplicativos deseja exibir.
- ✓ **Mostrar** ou **ocultar** aplicativos recém-instalados – Ative essa opção para acompanhar seus apps mais recentes.
- ✓ **Fixar aplicativos favoritos** 📌 – Basta arrastar e soltar os ícones diretamente no Menu Iniciar para um acesso mais rápido!



💡 No Windows 11, o processo de personalização é semelhante, mas com um visual mais **moderno** e **fluído**. Agora, você pode até mesmo criar **grupos personalizados de aplicativos** e acessar **sugestões inteligentes** baseadas no seu **uso diário**!

DICA
WORD IV

CRIPTOGRAFAR ARQUIVO

! questão favorita de bancas!

Criptografar Documento

Criptografar o conteúdo deste arquivo

Senha:

Cuidado: se você perder ou esquecer a senha, não será possível recuperá-la. Recomenda-se manter uma lista das senhas e de seus respectivos nomes de documentos em um local seguro.

(Lembre-se de que as senhas fazem distinção entre maiúsculas e minúsculas.)

OK

Cancelar

A principal finalidade da criptografia de documento é **manter o conteúdo do arquivo confidencial**. Somente pessoas autorizadas que possuem a senha ou chave de criptografia correta podem acessar e ler o conteúdo do documento.

Para **criptografar um documento no Microsoft Word**, você pode usar a **criptografia de senha integrada** ao próprio documento.

- ✓ Abra o documento que deseja criptografar no Microsoft Word.
- ✓ Clique na **guia "Arquivo"** (ou "Ficheiro" em algumas versões do Word) no canto superior esquerdo da janela.
- ✓ No menu suspenso, clique em **"Informações"** (ou **"Preferências"** em algumas versões).
- ✓ No painel **"Proteger Documento"**, clique em **"Criptografar com Senha"**.
- ✓ Uma janela pop-up será exibida, solicitando que você insira uma senha. Digite a senha que você deseja usar para criptografar o documento e clique em "OK".
- ✓ Você será solicitado a confirmar a senha digitando-a novamente. Faça isso e clique em "OK".
- ✓ O documento agora está criptografado com a senha que você configurou. Sem essa senha, ninguém poderá abrir ou acessar o conteúdo do documento.

DICA EXCEL X

FUNÇÃO ARRED

you know what it is?



A função "ARRED" no Microsoft Excel é usada para arredondar um número para um determinado número de casas decimais. Ela é útil quando você deseja simplificar ou ajustar um valor numérico para torná-lo mais legível ou adequado ao contexto da sua planilha.

REGRA



Do número **0** até o número **4**: mantém o número **ANTERIOR** e continue com **duas casas depois da vírgula**

Exemplo: 3,144 = 3,14



Do número **5** em diante: arredonde o valor.

Exemplo: 3,145 = 3,15.

ENTENDA MELHOR COM O EXEMPLO:

=ARRED(12.345, 2)

- Neste exemplo, o resultado será 12.35, pois o número 12.345 arredondado para 2 casas decimais é 12.35.

LEMBRE-SE!

- A função "ARRED" **não altera o valor original, apenas retorna o valor arredondado**. Isso é importante porque mantém a integridade dos dados originais na planilha.
- Se você deseja arredondar para cima ou para baixo de forma específica, pode utilizar as funções **"ARREDONDAR.PARA.CIMA"** ou **"ARREDONDAR.PARA.BAIXO"**, respectivamente. Essas funções oferecem maior controle sobre o método de arredondamento.

DICA

MALWARES I



PRINCIPAIS CATEGORIAS DE MALWARE I



- ✓ Os malwares, também conhecidos como software malicioso ou pragas virtuais, são programas de computador projetados com a intenção de realizar atividades prejudiciais e maliciosas em sistemas de computadores e dispositivos.
- ✓ Muitos malwares são projetados para roubar informações pessoais, como senhas, números de cartão de crédito, informações bancárias e dados de identificação pessoal. Essas informações podem ser usadas para roubo de identidade, fraude financeira e outros crimes cibernéticos.
- ✓ Certos malwares têm a função de corromper ou destruir dados no sistema. Isso pode causar perda irreparável de informações.

Formas comuns pelas quais os malwares e ataques cibernéticos **podem se espalhar e comprometer sistemas e dispositivos:**

- *Atacantes exploram vulnerabilidades em programas para obter acesso não autorizado ao sistema.*
- *Dispositivos de mídia removíveis, como pen drives, podem carregar malwares que são automaticamente executados ao serem conectados a um sistema.*
- *Sites maliciosos ou comprometidos podem distribuir malwares por meio de downloads automáticos, exploits de navegador ou links maliciosos.*
- *Atacantes podem visar sistemas diretamente usando técnicas como engenharia social ou invasão de rede.*
- *Malwares são distribuídos por meio da execução de arquivos infectados, como anexos de e-mail maliciosos, downloads de páginas da web comprometidas, compartilhamento de arquivos infectados e transferência de arquivos entre sistemas comprometidos.*

faça anotações aqui

DICA

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO XV



CERTIFICADO DIGITAL

Um certificado digital é um **documento eletrônico** que funciona como uma **credencial de identidade digital** para uma entidade, que pode ser uma pessoa, uma organização ou um dispositivo.

A principal função de um certificado digital é **fornecer autenticação e segurança em comunicações e transações online.**



Os certificados digitais **são emitidos por Autoridades Certificadoras (ACs) confiáveis.** A AC é uma entidade responsável por verificar a identidade das partes que solicitam certificados e garantir que apenas entidades legítimas recebam certificados válidos.



Certificados digitais são usados em diversas áreas, tais como:

- *Comunicações seguras por e-mail e web para autenticar servidores e proteger dados.*
- *Criação de assinaturas digitais que garantem autenticidade e integridade de documentos eletrônicos.*
- *Autenticação de usuários e dispositivos ao acessar sistemas e redes corporativas.*
- *Proteção de informações de pagamento e autenticação das partes envolvidas em transações financeiras online.*
- *Garantia de autenticidade e integridade de documentos legais e contratos eletrônicos.*

DICA

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES III

FUNDAMENTOS X PRINCÍPIOS II

Os **princípios** estabelecidos no Artigo 6º da LGPD **orientam as atividades de tratamento de dados pessoais**, visando garantir a **proteção** e o **respeito** aos direitos dos titulares das informações.



Vamos **entender** cada um deles:

- Tratamento de dados pessoais deve ter **finalidades específicas e informadas** ao titular.
- Deve ser **adequado e compatível** com as finalidades informadas.
- **Limitado** ao **mínimo necessário** e utilizar dados relevantes.
- Os titulares têm **direito** a **acessar informações** sobre o tratamento.
- Garantir **qualidade, precisão e atualização** dos dados.
- **Transparência** sobre o tratamento e agentes envolvidos.
- Implementar **medidas** de **segurança** para proteger os dados.
- Adotar **medidas** de **prevenção** de danos.
- **Proibir** tratamento **discriminatório**.
- Demonstrar **responsabilidade** e **prestação** de **contas** na proteção de dados pessoais.



DICA

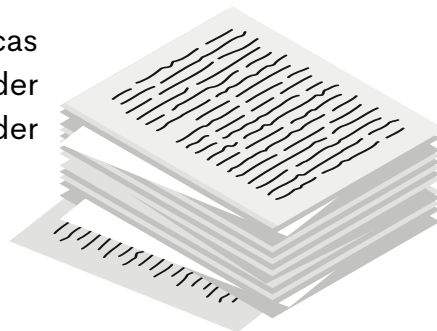
ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA

ATENÇÃO!



Esses atributos são apontados pela doutrina!

Os atributos do poder de polícia são características essenciais que definem a natureza e o escopo desse poder administrativo. Existem três atributos principais do poder de polícia, que são:



Discrecionariiedade

O poder de polícia é exercido com certa margem de discrecionariiedade por parte da administração pública. Isso significa que as autoridades têm a capacidade de tomar decisões e adotar medidas de acordo com a **situação específica**, desde que se mantenham dentro dos **limites legais** e dos **princípios** que regem a ação administrativa.



Autoexecutoriiedade

A característica de autoexecutoriiedade implica que, em geral, **não é preciso submeter previamente os atos administrativos ao Poder Judiciário antes de executá-los**. Em outras palavras, graças a essa autoexecutoriiedade, a administração pública tem a capacidade de aplicar diretamente às pessoas o conteúdo de seus atos administrativos, sem requerer autorização judicial prévia.



Coercibilidade

O poder de polícia permite que a administração use **medidas coercitivas** para fazer cumprir as regulamentações e restrições estabelecidas. Isso pode envolver a aplicação de sanções, multas, embargos ou outras ações coercitivas para garantir a conformidade com as regras e proteger o interesse público.

Esses atributos garantem que o poder de polícia seja uma ferramenta eficaz para o governo **regular** e **controlar** as atividades individuais de maneira apropriada, com base em critérios legais e com o propósito de alcançar o interesse coletivo e a harmonia social.





DICA

ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a natureza e os efeitos jurídicos** desses atos.

Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade

Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade

Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade

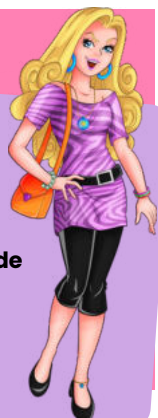
Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade

A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.

mnemônico
PATI

Presunção de Legitimidade
Autoexecutoriedade
Tipicidade
Imperatividade



Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.

DICA

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO I

A responsabilidade civil do Estado refere-se à **obrigação legal que o Estado tem de reparar os danos causados a terceiros em virtude das ações ou omissões de seus agentes, serviços públicos ou políticas públicas.**

Em outras palavras, quando o Estado, por meio de seus funcionários, serviços ou decisões, causa prejuízo a indivíduos ou entidades, ele pode ser responsabilizado e obrigado a indenizar as vítimas pelos danos sofridos.

Todas as pessoas **de direito público respondem objetivamente** pela ação de seus agentes (conduta comissiva).

Existem **dois principais tipos de responsabilidade civil** do Estado, vamos conhecer?

RESPONSABILIDADE OBJETIVA (OU TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO)

Nesse tipo de responsabilidade, **o Estado é considerado responsável pelos danos causados, independentemente de haver culpa por parte dos agentes públicos.** Basta que **seja demonstrada a relação de causa e efeito entre a ação ou omissão do Estado e o dano sofrido pela vítima.** O fundamento para essa responsabilidade é o risco inerente às atividades estatais, uma vez que o Estado detém o monopólio do uso da força e exerce diversas funções em benefício da sociedade.

RESPONSABILIDADE SUBJETIVA (OU TEORIA DA CULPA)

Nesse tipo de responsabilidade, **a vítima precisa provar não apenas a relação de causa e efeito entre o dano e a ação do Estado, mas também a existência de culpa ou dolo por parte dos agentes públicos.** Ou seja, é necessário demonstrar que houve negligência, imprudência ou imperícia por parte do Estado ou de seus agentes para que a responsabilidade seja configurada.



DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



COMO AVALIAR TÉCNICA E PREÇO OU MELHOR TÉCNICA (ART. 37)

- Capacitação e experiência (atestados).
- Notas atribuídas por banca avaliadora (mín. 3 membros), avaliando:
- Conhecimento do objeto
- Metodologia e plano de trabalho
- Qualificação da equipe técnica
- Produtos a serem entregues

SERVIÇOS INTELECTUAIS DE ALTO VALOR (> R\$ 300 MIL) → JULGAMENTO POR MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO (70% TÉCNICA).

70%

PARTICIPAÇÃO DO PROFISSIONAL TÉCNICO (ART. 38)

Se a pontuação depender da **capacitação técnico-profissional**, o profissional deve **atuar diretamente no contrato**.

MAIOR RETORNO ECONÔMICO (ART. 39)

- Usado em **contratos de eficiência** (redução de gastos).
- Vence quem apresentar **maior economia líquida** para a Administração.
- Licitante apresenta:



Proposta de trabalho
(o que vai fazer e prazo).



Economia estimada
(em valor e unidade de medida).



Proposta de preço
(percentual sobre economia).

BASE DA REMUNERAÇÃO = ECONOMIA EFETIVAMENTE GERADA.

SE NÃO ATINGIR A ECONOMIA PREVISTA:

- Desconta da remuneração.
- Pode haver sanções adicionais.

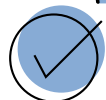


DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS



DISPENSA DE LICITAÇÃO



A dispensa ocorre quando a lei permite não realizar licitação, mesmo havendo possibilidade de competição.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os casos em que a licitação é dispensável

Contratações internas e institucionais:

- Compra de bens/serviços de órgãos públicos criados para esse fim 🏛️
- Intervenção no domínio econômico 💰
- Contrato de programa com ente federativo 🤝
- Transferência de tecnologia para produtos estratégicos do SUS 🏥
- Profissional técnico para comissão avaliadora 🧠
- Associação sem fins lucrativos de pessoas com deficiência ♿
- Instituição brasileira sem fins lucrativos para ensino, pesquisa e inovação 🎓
- Fundação que produz insumos estratégicos para saúde 🩺
- Entidade sem fins lucrativos para cisternas e acesso à água 💧
- Entidade sem fins lucrativos para Cozinha Solidária 🍲



DETALHES IMPORTANTES

- **Valores** → somatório anual por unidade gestora e por objeto semelhante.
- **Consórcios públicos/agências executivas** → limites dobrados.

http://



Preferência: publicar aviso no site oficial por mín. 3 dias úteis para receber propostas.

Preferência: pagamento via cartão de pagamento (extrato no PNCP).



OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA P&D → SEGUEM REGULAMENTO ESPECIAL.

Emergência = manter serviço público + seguir valores de mercado.



DICA

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS – PARTE VI

LXXII – conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Previsão constitucional: Art. 5º, LXXII, CF.



HABEAS DATA

"Remédio constitucional" cujo objetivo é **assegurar o direito à informação e à intimidade**.

Ação **gratuita**. No entanto, **é imprescindível** a assistência advocatícia para que essa ação seja impetrada.



O habeas data pode ser usado para **obter dados** em bancos de dados públicos, como a Receita Federal, ou privados, mas de caráter público, como os de serviços de proteção ao crédito – popularmente conhecidos como SPC – ou os cadastros de consumidores.

Permite que o cidadão em questão, identificado legalmente como impetrante, **tenha acesso às informações contidas nos bancos de dados governamentais** em seu nome, bem como **solicitar que essas informações sejam corrigidas ou retificadas**.

Não se esqueça!

Qualquer indivíduo, seja pessoa física ou jurídica, de nacionalidade brasileira ou estrangeira, **tem o direito de entrar com um habeas data**. Este é um tipo de ação estritamente pessoal, que **não pode ser utilizada para obter acesso a informações pertencentes a terceiros**.





DICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II



A organização administrativa **refere-se à estruturação e ao funcionamento das entidades e órgãos que compõem a administração pública** em todos os níveis (federal, estadual, municipal).

A organização administrativa busca estabelecer uma **divisão de responsabilidades, funções e competências** de forma a garantir a eficiência, eficácia e legalidade na prestação de serviços públicos e na execução das políticas governamentais.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA



A administração direta é composta **pelos órgãos e entidades que fazem parte da estrutura central do governo ou da administração centralizada**. Isso inclui os **ministérios, secretarias de estado, departamentos e repartições públicas**. Esses órgãos **estão diretamente subordinados ao Poder Executivo**, geralmente representado pelo presidente, governador ou prefeito, dependendo do nível de governo.

A administração **direta possui uma relação mais próxima com o chefe do poder executivo e é responsável pela execução direta das atividades e serviços públicos**. Ela é mais flexível em termos de gestão, pois as decisões são tomadas de forma mais centralizada e ágil.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA



A administração indireta é **composta por entidades que possuem personalidade jurídica própria e atuam de forma autônoma**, embora vinculadas ao Estado. Essas entidades foram criadas para descentralizar a execução de determinados serviços públicos, permitindo uma gestão mais especializada e flexível. A administração indireta é, muitas vezes, **utilizada para setores que exigem uma abordagem mais empresarial ou técnica**.

Em resumo, lembre-se das **principais diferenças**:

A **administração pública direta** é constituída pelos **órgãos diretamente subordinados** ao chefe do poder executivo



Enquanto a **administração pública indireta** envolve **entidades com personalidade jurídica própria** que atuam de forma descentralizada e mais especializada.

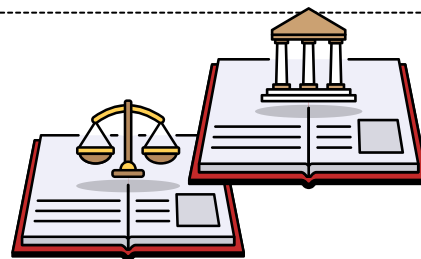


DICA

APLICABILIDADE CONSTITUCIONAL V

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

ADI



○ Controle Concentrado pode ser exercido por meio de quatro mecanismos:

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é um mecanismo empregado para **requerer ao Supremo Tribunal Federal (STF) que uma lei, seja ela federal ou estadual**, seja considerada em desacordo com a Constituição Federal, ou seja, que **seja declarada como inconstitucional**.

No entanto, a Constituição Federal de 1988 estabelece claramente quem são os legitimados para propor essa ação, e eles se limitam a **nove categorias**:

I – Presidente da República; II – Mesa do Senado Federal; III – Mesa da Câmara dos Deputados; IV – Procurador-Geral da República – PGR; V – Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI – Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; VII – Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII – Partido político com representação no Congresso Nacional; e IX – Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

A ADI NÃO É CABÍVEL NAS SEGUINTE SITUATÖES:

Contra leis municipais, Súmulas Vinculantes, decisões judiciais, leis revogadas, leis editadas antes da promulgação da Constituição de 1988 ou contra normas que se originaram diretamente da própria Constituição.



Para que uma norma seja declarada inconstitucional por meio da ADI, é necessário obter a maioria absoluta dos ministros do STF.



As decisões definitivas resultantes do julgamento do mérito da ADI possuem vários efeitos, incluindo:

Os **efeitos "ex tunc"**, em geral, caracterizam a **retroatividade da ADI**, o que implica que a lei declarada inconstitucional é considerada inválida desde o momento de sua promulgação.

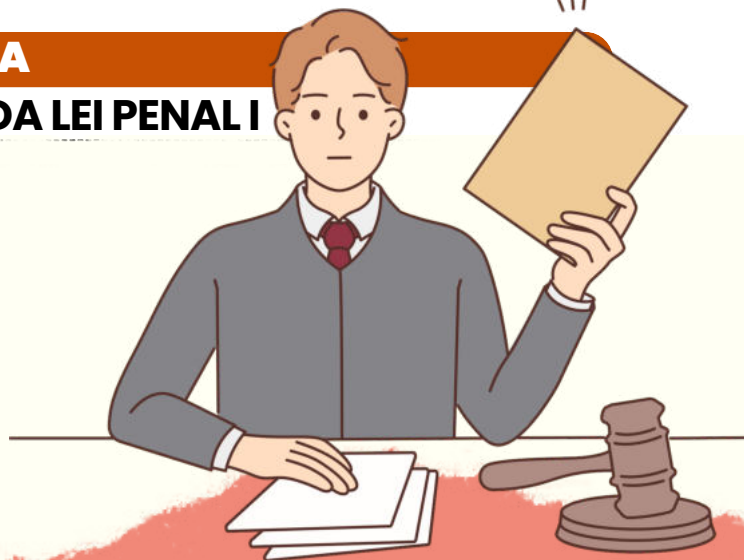
A **eficácia erga omnes**, por sua vez, significa que a **decisão da ADI é válida para todos**, não se restringindo somente às partes envolvidas no processo.

O **efeito vinculante**, também, **determina que a decisão tem influência sobre todos os órgãos do Poder Judiciário, além de abranger toda a Administração Pública**. Contudo, esta decisão **não impõe obrigações ao Poder Legislativo e nem ao próprio STF**.

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL I

LEI PENAL NO TEMPO



ENTENDA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO



A lei penal brasileira estipula que **nenhum crime será punível se não estiver previsto anteriormente em lei.**

- Contudo, ao contrário da **lei processual penal**, que se aplica imediatamente quando alterada, a nova legislação penal que favoreça o agente pode ser aplicada retroativamente, inclusive em casos já julgados e com sentença condenatória transitada em julgado.



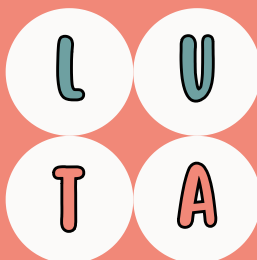
Observação importante sobre a Constituição - Artigo 5º, XL da CF: **a lei penal não retroagirá, exceto para favorecer o réu.**



TEMPO DO CRIME

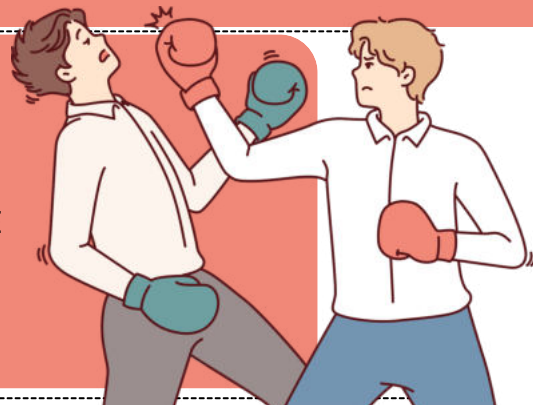
APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 4º do CP, a **lei penal aplicável é a que estava em vigor no momento da ação ou omissão.**
- No Direito Penal, **utiliza-se a teoria da atividade**, considerando o crime como praticado no instante em que o agente executa a conduta, o que ocorre após o início da ação.



MNEMÔNICO

LUGAR = UBIQUIDADE
TEMPO = ATIVIDADE



DICA

TEORIA GERAL DO DELITO XXII

DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA,
ARREPENDIMENTO EFICAZ É
ARREPENDIMENTO POSTERIOR



AS EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE PENAL NO BRASIL

No Código Penal Brasileiro, as **três principais excludentes da responsabilidade penal** estão descritas nos artigos 15 e 16.

DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA:

A desistência voluntária é a primeira, que **ocorre quando o agente interrompe voluntariamente o processo executório do crime**, abandonando a prática dos demais atos necessários para a sua consumação.

- Cumpre ressaltar que **a desistência voluntária não é aplicável aos crimes unissubsistentes**.

ARREPENDIMENTO EFICAZ:

O arrependimento eficaz é a segunda, em que **os atos executórios já foram praticados e o agente adota providências capazes de impedir a produção do resultado**.

- Observe que o arrependimento eficaz **só é possível nos crimes materiais consumados**.



ARREPENDIMENTO POSTERIOR:

A terceira e última é o arrependimento posterior, que **ocorre quando o agente se arrepende após a prática do crime consumado sem violência ou grave ameaça, e decide reparar o dano ou devolver o objeto**.

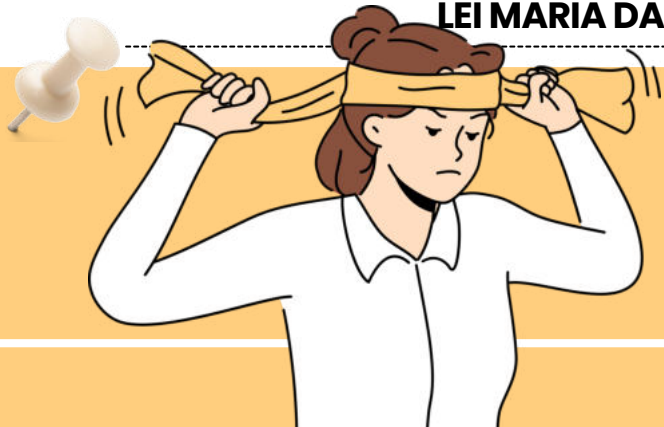
- Nesse caso, para que ele seja válido, a devolução do bem deve ocorrer **antes da denúncia ou queixa**, conforme previsto no Código Penal, e o agente terá uma redução da pena de 1/3 a 2/3, dependendo do grau de reparação do dano e/ou devolução do objeto.

A SÚMULA 554 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL AFIRMA QUE A CONTINUIDADE DA AÇÃO PENAL NÃO É IMPEDIDA PELO PAGAMENTO DO CHEQUE SEM FUNDOS APÓS O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA.



DICA

LEI MARIA DA PENHA - LEI N. 11.340/06



LEI MARIA
DA PENHA

→ A Lei Maria da Penha foi criada para **prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Para isso:

- Baseia-se no art. 226, § 8º da Constituição Federal, que destaca a **proteção da família**;
- Segue **tratados internacionais** como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher e a Convenção de Belém do Pará;
- Prevê a **criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar** e estabelece medidas de proteção e assistência às vítimas.

Toda **mulher** tem **direito de viver sem violência**, independentemente de:

- **CLASSE SOCIAL**: RICA OU POBRE;
- **RAÇA OU ETNIA**: NEGRA, INDÍGENA, BRANCA ETC.;
- **ORIENTAÇÃO SEXUAL**: HETEROSSEXUAL, LÉSBICA, BISSEXUAL ETC.;
- IDADE, RELIGIÃO OU NÍVEL EDUCACIONAL.
- ELA DEVE TER **CONDIÇÕES E OPORTUNIDADES** PARA PRESERVAR SUA:
- **SAÚDE FÍSICA E MENTAL**;
- DESENVOLVIMENTO **MORAL, INTELECTUAL E SOCIAL**.

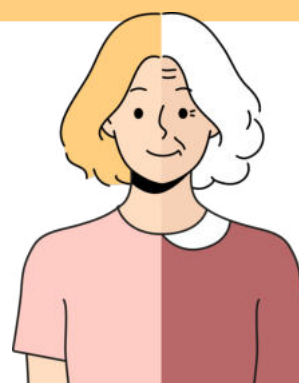


A interpretação da Lei Maria da Penha deve levar em conta:

- Os **fins sociais** para os quais ela foi criada (proteção da mulher contra a violência);
- As **condições específicas de cada mulher** em situação de **violência doméstica e familiar**.
- **Exemplo Prático**:
- Um juiz deve considerar o **contexto da vítima** (por exemplo, dependência financeira do agressor) ao aplicar a lei.

São assegurados às **mulheres** os seguintes **direitos fundamentais**:

- Vida, segurança, saúde, moradia, educação, trabalho e acesso à justiça;
- Participação em esporte, lazer e cultura;
- Liberdade, dignidade, respeito e convivência familiar e comunitária.



DICA

LEI Nº 10.826/2003 – ESTATUTO DO DESARMAMENTO

AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO



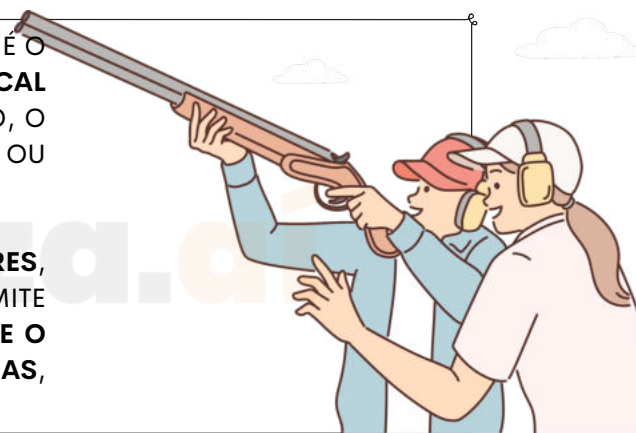
O Estatuto do Desarmamento estabelece os requisitos para a aquisição de armas de uso permitido:



- Declaração de **necessidade**.
- **Idoneidade**: Comprovação por **certidões negativas** de **antecedentes criminais**.
- Comprovação de **ocupação lícita** e **residência fixa**.
- Capacidade **técnica** e **aptidão psicológica** para o manuseio da arma.

POSSE DE ARMA DE FOGO

- O **REGISTRO DA ARMA DE FOGO** PERMITE A **POSSE**, QUE É O DIREITO DE **MANTER A ARMA NA RESIDÊNCIA** OU NO **LOCAL DE TRABALHO**. PARA MANTÊ-LA NO LOCAL DE TRABALHO, O TITULAR DO REGISTRO DEVE SER O **PROPRIETÁRIO** OU **RESPONSÁVEL LEGAL** PELO **ESTABELECIMENTO**.
- EM ALGUNS CASOS, COMO PARA **CAÇADORES, ATIRADORES E COLECIONADORES**, A LEGISLAÇÃO PERMITE O PORTE DE ARMA DE FOGO DURANTE O **TRAJETO ENTRE O LOCAL DE GUARDA E ATIVIDADES AUTORIZADAS**, CONFORME ESTABELECIDO NO DECRETO 10.030/2019.



PORTE DE ARMA DE FOGO



O porte refere-se ao direito de **portar a arma fora de casa** ou do **trabalho**. De acordo com o Estatuto, ele é concedido em casos como:

1. **Função pública de segurança**.
2. **Defesa pessoal**.

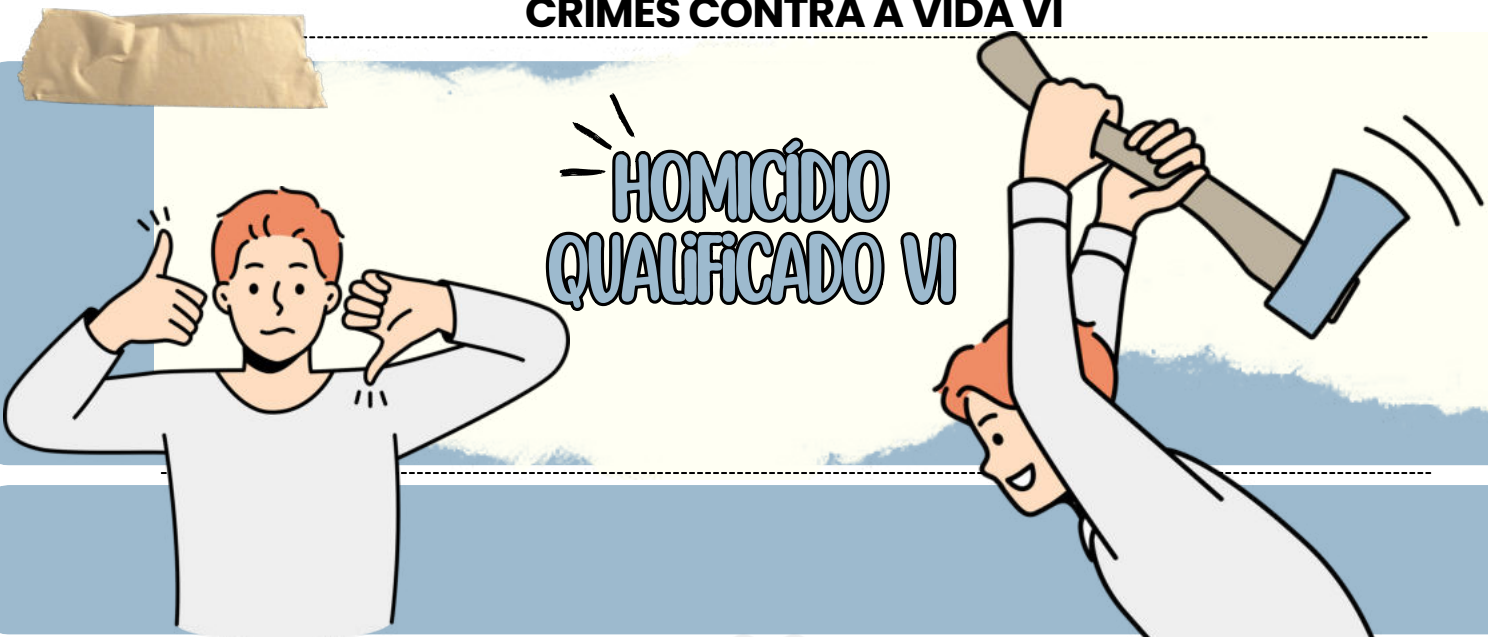
Para solicitar o porte, o interessado deve demonstrar **necessidade por exercer atividade de risco** ou por **ameaça à sua integridade física**, além de cumprir com os demais requisitos legais.

O PORTE PODE SER **TEMPORÁRIO** E **LIMITADO GEOGRAFICAMENTE**, E **SERÁ AUTOMATICAMENTE SUSPENSO** EM CASO DE **EMBRIAGUEZ** OU **USO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS**.



DICA

CRIMES CONTRA A VIDA VI



O **homicídio qualificado** é enquadrado como crime hediondo pela lei dos crimes hediondos.



Nesse contexto, é importante notar que o **Feminicídio**, o **homicídio funcional** e aquele cometido com o emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido **também foram incluídos no rol taxativo de crimes hediondos**.

HOMICÍDIO QUALIFICADO-PRIVILEGIADO

- Em alguns casos, é possível ocorrer o **homicídio qualificado-privilegiado**, ou seja, quando o crime apresenta características de ambas as modalidades simultaneamente.
- No entanto, **essa possibilidade está condicionada à compatibilidade entre as classificações**, sendo a **qualificadora de natureza objetiva** e a **privilegiadora de natureza subjetiva**.



A doutrina majoritária e a jurisprudência sustentam que, caso o homicídio possua características que permitam sua classificação como qualificado e privilegiado ao mesmo tempo, **este não será considerado crime hediondo**.

ESSA DISTINÇÃO REFLETE A **PONDERAÇÃO ENTRE ELEMENTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS** NA ANÁLISE DAS **CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME**.

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL I



APLICAÇÃO DA LEI
PROCESSUAL PENAL NO
TEMPO

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL E SUAS MUDANÇAS

Ao contrário da lei penal no tempo, a lei processual deve ser aplicada imediatamente e com efeito imediato, conforme estabelece o artigo 2º do CPP.

É importante ressaltar que os atos praticados durante a vigência da lei processual penal anterior permanecerão válidos mesmo após a entrada em vigor da nova lei processual.

É importante lembrar que, como as normas penais processuais não criam crimes e penas, não há necessidade de esperar o prazo de vacância, já que, em geral, as mudanças processuais não afetam o direito material. Fique atento!

NORMA MISTA

Sempre que a lei tratar de questões de direito material e processual, como na Lei Anticrime, a norma mais favorável ao acusado deve prevalecer.

Lei Penal – material	Lei Processual Penal	Lei Mista – material e processual
Retroage em benefício do acusado	Aplica-se desde logo	Pode retroagir de forma benéfica
	Não invalida os atos já praticados	É uma exceção no CPP



DICA

DAS PROVAS II

PRINCÍPIOS RELACIONADOS ÀS PROVAS

PRINCÍPIOS APLICÁVEIS ÀS PROVAS NO DECORRER DO PROCESSO PENAL

Dentro do processo penal, existem princípios que devem ser seguidos. São eles:

Princípio da Proporcionalidade
AS PROVAS DEVEM SER PROPORCIONAIS À GRAVIDADE DO CRIME E ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

Princípio da Comunhão da Prova
A PROVA PRODUZIDA EM UMA AÇÃO PENAL DEVE SER COMPARTILHADA ENTRE AS PARTES, GARANTINDO O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO

Princípio da Autorresponsabilidade das Partes
AS PARTES SÃO RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DE SUAS PRÓPRIAS PROVAS, ARCANDO COM OS ÔNUS E RISCOS DECORRENTES DE SUA ESCOLHA PROCESSUAL.

Princípio da Oralidade
AS PROVAS DEVEM SER PRODUZIDAS ORALMENTE EM AUDIÊNCIA, EXCETO NOS CASOS EM QUE A LEI AUTORIZA A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA.

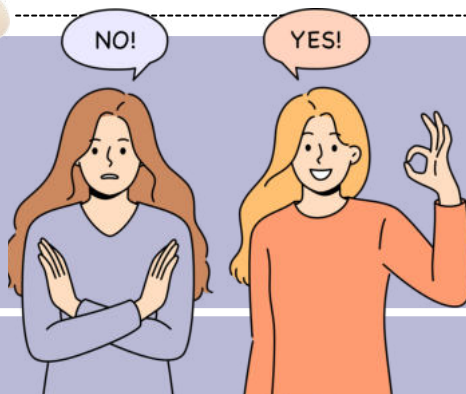
Princípio da Liberdade Probatória.

AS PARTES SÃO LIVRES PARA PRODUZIR AS PROVAS QUE JULGAREM NECESSÁRIAS PARA A DEFESA DE SEUS INTERESSES, DESDE QUE OBSERVADAS AS REGRAS PROCESSUAIS E OS LIMITES LEGAIS.

Princípio da Favor Rei
EM CASO DE DÚVIDA NA INTERPRETAÇÃO DA PROVA, ESTA DEVE SER INTERPRETADA DE FORMA MAIS FAVORÁVEL AO RÉU.

DICA

LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI Nº 9.296/96



CAPTAÇÃO AMBIENTAL

quando pode ser autorizada?



Art. 8ºA – Este artigo trata de captação ambiental, ou seja, a **captura de sons, imagens ou sinais em determinados ambientes**, quando **não é possível** utilizar outros meios de prova.

A **captação ambiental** só será **autorizada** nas seguintes condições:

PROVA
IMPOSSÍVEL POR
OUTROS MEIOS:
NÃO HÁ OUTRO
JEITO DE OBTER A
PROVA DE FORMA
EFICAZ.



INDÍCIOS RAZOÁVEIS DE AUTORIA E
PARTICIPAÇÃO EM CRIME: DEVE HAVER
EVIDÊNCIAS DE QUE ALGUÉM COMETEU UM CRIME.
A INFRAÇÃO DEVE TER PENA SUPERIOR A 4 ANOS,
OU SER PARTE DE UM CRIME RELACIONADO
(CONEXO).

- **Requerimento detalhado:** O pedido de captação ambiental deve **explicar onde e como** será instalado o dispositivo.
- **Disfarce ou período noturno:** A captação pode ser feita com a **polícia disfarçada** ou **durante a noite** (exceto na casa de alguém, que tem uma proteção maior de acordo com a Constituição).
- Gravação feita por um dos **interlocutores** (ou seja, se uma das pessoas no ambiente grava sem saber da polícia), ainda **pode ser usada**, desde que **não haja alteração na gravação**.

SE UMA GRAVAÇÃO NÃO FOR RELEVANTE PARA A PROVA, ELA SERÁ **DESTRUÍDA**, MAS APENAS COM A DECISÃO DO JUIZ.



Interceptar uma conversa sem a autorização judicial é **crime**.

- Isso vale para **qualquer interceptação de comunicação** (telefone, computador, etc.) **feita sem autorização judicial** ou **fora das condições permitidas por lei**.

SE UM **FUNCIONÁRIO PÚBLICO** VIOLAR O **SIGILO** DE UMA **INVESTIGAÇÃO** QUE ENVOLVA **CAPTAÇÃO AMBIENTAL**, ELE PODE TER A **PENA DOBRADA**.

CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para
a **PC/MS!**


Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação.**

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.ai**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2025?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)



Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA

Obstáculo é aquilo que
você vê quando tira os
olhos do seu **propósito.**

→ [Acesse nosso Instagram](#)